



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS CURRÍCULOS E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES NAS ORGANIZAÇÕES

Angélica Cristiny Ezequiel de Avellar Teixeira – angelicaezezequiel@hotmail.com

Hélvio de Avellar Teixeira – helvioat@pucminas.br

RESUMO

Informar, discutir, avaliar a questão e a gestão ambiental nas empresas; olhar por uma nova perspectiva em que os cuidados ambientais deixam de ser obstáculo à atividade da empresa e tornam-se um diferencial competitivo e estratégico para que ela se firme no mercado, com maiores oportunidades de negócio. No caso específico dos cursos de Administração, deve-se responder não somente às necessidades do mercado de trabalho, mas também mudar o enfoque do administrador – tanto discente como docente - como solucionador de problemas, reprodutor das forças produtivas e das relações sociais dentro de um contexto maior de responsabilidade ambiental e de desenvolvimento sustentável. Este profissional formado pelos cursos de Administração deve constituir-se em agente transformador capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços das ciências e da tecnologia no estabelecimento de uma nova ordem econômica, social e ambiental. Para tanto faz-se necessário o desenvolvimento de estudos e pesquisas que possam desembocar num plano de inserção da Educação Ambiental no Ensino de Administração

PALAVRAS-CHAVE:

Educação Ambiental; Diretrizes Curriculares; Ensino de Administração; Formação de Multiplicadores; Responsabilidade Social.

AUTORES:

Angélica Cristiny Ezequiel de Avellar Teixeira – PUCMinas

Hélvio de Avellar Teixeira – PUCMinas

Rua Carlos Gomes, 336 – apto 201 – Bairro Santo Antônio – Belo Horizonte – MG
CEP: 30350130
Tel: 31 32965183
91055183
91065183
e-mail: helvioat@pucminas.br e angelicaezequiel@hotmail.com

O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS CURRÍCULOS E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES NAS ORGANIZAÇÕES

1- INTRODUÇÃO

A aprendizagem das ciências ambientais, da economia e da ciência da gestão com uma visão unificada nos ajuda a entender qual é o impacto das políticas públicas no bem estar do nosso planeta. A formulação de programas e metodologias capazes de integrar as diversas facções governamentais, os agentes econômicos, as organizações e as demais instituições não-governamentais são crescentes neste contexto ambiental.

A questão ambiental nas organizações modernas ocupa hoje grande parcela dos esforços dos administradores, exigindo um novo perfil do profissional que consiga articular e organizar uma estrutura administrativa que comporte uma efetiva condução de todos os setores das organizações rumo a responsabilidade social e ambiental.

“Avaliar, assim como ensinar, é um ato político e, para que seja adequadamente político, precisa se instrumentalizar no conhecimento. Não é possível gestar cidadania competente sem manejo adequado do conhecimento, o que leva de imediato a valorizar didáticas reconstrutivas que privilegiam o saber pensar e o aprender a aprender.”(DEMO, 1996 p.65)

Desta forma, torna-se muito importante a preparação de profissionais qualificados e competentes que possam implementar nas organizações modernas medidas e ações que possibilitem a inserção de mecanismos de utilização racional e equilibrada dos recursos naturais, possibilitando assim a preservação ambiental.

Conseqüentemente, a instituição do ensino deverá assumir a convicção profunda de que atualmente o mais importante é sistematizar os conhecimentos gerados na construção de novos saberes, de forma a torná-los compreensíveis e aplicáveis em ações conscientes exercendo o papel de orientadora, motivadora e conselheira de atitudes e atividades, dentro de um contexto de liberdade e de profunda responsabilidade e consciência social. Refletir criticamente sobre a prática permite torná-la melhor.

Atualmente, os contextos político, social, econômico, cultural, científico e tecnológico direcionam um olhar para o novo mundo, exigindo uma reflexão crítica sobre as práticas educacionais e sobre os modelos que as fundamentam. A educação tradicional, por basear-se em um paradigma de separação entre sujeito e objeto, fragmentou o conhecimento e as estruturas sobre as quais se apóiam sua construção e disseminação. Cabe aos educadores do século XXI, fundamentados em uma nova visão de mundo, recuperarem o sentido da globalidade e atuarem como precursores de um processo de aprendizagem que integre o conhecimento, na busca de respostas inovadoras para a problemática contemporânea.

Segundo BRUGGER (1999, p.78) “a educação ambiental é encarada na maioria das vezes como dimensão ou modalidade de educação. A autora diz ainda que “a educação ambiental vista desta forma não ultrapassa as fronteiras da velha educação conservacionista e não faz jus portanto ao adjetivo a que se propõe.” Um dos grandes desafios enfrentados hoje, é iniciar um processo de capacitação de docentes em atividade, atendendo ao mesmo tempo aqueles profissionais que estão em processo de formação, ao fazer a inclusão da dimensão ambiental no currículo da educação formal.

De acordo com a conferência de Tbilisi, ocorrida em 1977, educação ambiental tem como principais características ser um processo dinâmico, integrativo, transformador, participativo, abrangente, globalizador, permanente, contextualizador e por último,

recentemente incorporado, ser transversal. Isto nos faz refletir sobre a questão curricular junto a professores, técnicos e especialistas de educação, alunos de faculdades e o seu reflexo nas atividades profissionais. A questão preliminar é a seguinte: será que seguindo as diretrizes curriculares, os currículos dos cursos de administração estão adequados ao complexo e atual contexto organizacional onde se aplica a educação ambiental? Os docentes estão treinados e preparados para incluir este conteúdo em suas disciplinas, desenvolvendo uma interface com a ética e a responsabilidade social? Como garantir que aspectos como desenvolvimento sustentável, produção mais limpa, consumo ecológico e “ecobusiness” permeiem o contexto das discussões sobre a teoria administrativa e o desenvolvimento empresarial?

2 – O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO

No contexto atual, verifica-se um posicionamento das organizações no sentido de inserção da variável ecológica em sua política de atuação, em face das pressões do mercado, provocando mudanças positivas não só no ambiente da empresa como no meio externo, afetando a comunidade, funcionários, fornecedores, etc. Expande-se a idéia de responsabilidade social da empresa e a necessidade de adequação e mudanças de valores. A variável ambiental, outrora vista como custo, passa a ser uma oportunidade de negócios.

Muito tem-se falado sobre a questão do desenvolvimento econômico e suas implicações no desenvolvimento social e seus impactos no meio-ambiente. Existe, sempre, uma tese e uma antítese, e neste caso não é diferente. Por uma lado, há uma crença geral entre os radicais que o importante é buscar o desenvolvimento econômico a qualquer custo, sob o risco do empobrecimento e esfacelamento da sociedade humana. É necessário progredir sempre, a que custo for. Por outro lado, há uma legião de adeptos do reencontro do equilíbrio inicial homem-natureza, mesmo que para isso tenha-se que ressuscitar ideologias hoje já ultrapassadas, como o movimento hippie, mas nem por isso historicamente sem importância. Numa visão hegeliana de síntese, temos a vertente do terceiro setor - não desta atualmente propalada nova orientação econômica - mas sim de uma síntese que leve ao desenvolvimento econômico sustentável e responsável.

Objetivando discutir como se processa a transição paradigmática no contexto da ecologia e do meio ambiente na atualidade, podemos destacar algumas contribuições de outras áreas. SANTOS (2001) afirma que estamos numa fase de “transição” e “crise final”. Segundo o autor estamos vivendo um momento de transição de Paradigma, onde o sistema em colapso demonstra o momento de transição. Não se sabe para onde vamos, mas se pode dar alguns indicativos (Paradigmas Emergentes): daí a crise final. Esta transição pode ser trabalhada de duas formas: a epistemológica e a societal. A transição epistemológica ocorre entre o Paradigma da Ciência Moderna (conhecimento-regulação) - o qual entra em crise quando não consegue explicar os fenômenos de maneira adequada e o Paradigma Emergente (conhecimento-emancipação). A transição societal vai ocorrer entre o Paradigma Dominante e um novo Paradigma. Nos meados do século XIX com a consolidação da convergência entre o Paradigma da Modernidade e o capitalismo, a tensão entre regulação e emancipação entrou num processo histórico de degradação. Promessa de distribuição de renda mais justa, os tributos arrecadados pelo Estado para uma divisão igualitária para as relações sociais não lograram o seu propósito. O capitalismo acentua cada vez mais a distância entre as classes. Há um momento de exclusão e as pessoas ficam cada vez mais pobres e sofrem mais. A lógica do capitalismo não pode ser uma lógica universal, porque ele sobrevive da exclusão social, onde teremos a quem explorar.

O objetivo, para SANTOS (2001), não é apenas o de criticar o Paradigma Dominante, mas de re-elaboração do mesmo, ou seja a sua reconstrução. O Paradigma Emergente nasce das carências do Paradigma Dominante – é a negação da regulação e a implementação da

emancipação, tal como é descrito por Khun em seu trabalho sobre a Estrutura das Revoluções Científicas. É preciso criticar cada um dos sistemas para desconstruir e construir o novo senso comum. As promessas da teoria dominante – ou da sociedade moderna - não se cumpriram.

Historicamente, o desenvolvimento do capitalismo levou o Estado a desempenhar um papel regulador. Num primeiro período, minimizou-se os ideais éticos – ordem a todo preço, ordem é ordem, lei é lei, dura lei é a lei. Este contexto gerou movimentos de reação contra o capitalismo: greves, lutas políticas e questionamento do papel do Estado. Num segundo período, acontecem lutas e revoltas – revoluções de caráter transformador que querem seguridade para as massas e um novo papel para o Estado: provedor e distribuidor da riqueza. Em reação, o Estado capitalista desenvolve e recria o sistema tributário para lhe dar sustentação. Os tributos, porém, longe de ser distributivos, somente custeiam a infra-estrutura e tornam mais forte o capitalismo. É o Estado Providência: o que dá tudo e desorganiza a formação interna da sociedade. O totalitarismo e as experiências socialistas também não deram a resposta esperada. Os sindicatos vão perdendo o sentido e os partidos de esquerda vão se tornando social-democráticos e é como se o capitalismo tivesse vencido o socialismo. Há um paradoxo – não se tem como negociar e tem que haver uma flexibilidade. Esta situação perdura até a década de 70, quando a globalização leva a um desmantelamento do “welfare state” – um Estado “mais leve”, com um capitalismo sem fronteiras e com liberdade alfandegária. O capital e sua volatilidade desorganizam as estruturas até então conhecidas, e se torna cada vez mais forte.

A comunidade civil está aprendendo a se reorganizar e emancipar. Enquanto num primeiro momento o Paradigma Dominante sustenta e reforça a exploração desenfreada dos recursos naturais e do ambiente em prol do desenvolvimento do Estado capitalista, na atual ordem globalizada este entra em questionamento: o acesso mais rápido e democrático à informação e a consciência cada vez maior do esgotamento dos recursos naturais levam a uma crise no processo de desenvolvimento e no seu paradigma. A transição está acontecendo. As ONG's (Organizações Não Governamentais) por exemplo, se organizaram e a sociedade está encampando a sociedade civil e o Estado não interfere.

Para TODD (2001), o conhecimento ecológico pode ser aplicado universalmente e, igualmente importante é o fato de que pode, muitas vezes, substituir diretamente o capital e os recursos não renováveis. A ecologia como base para planejamento é a estrutura desta nova ordem econômica. As economias do mundo não poderão manter-se por muito tempo se não tiverem solos saudáveis. A incapacidade de integrar a agricultura à indústria está presente em todos os grandes ciclos planetários. Uma ordem econômica ecológica tem o potencial intrínseco de permitir a cada cultura que explore novas fronteiras a seu modo, de tal forma que algumas das antigas divisões entre povos e países sejam abrandadas.

HENDERSEN (2001), por sua vez coloca que as sociedades industriais passam por mudanças estruturais, procurando re-alinhar-se em um processo de globalização econômica e tecnológica. Já é possível mapear três zonas de transição que influenciam a tomada de decisões e deixam as negociações num contexto desconhecido. A primeira, denominada Zona do Colapso, *“é aquela na qual a sociedade e suas instituições obsoletas estão se desestruturando”*(p.139). Centros urbanos, instituições, padrões culturais e políticos estão sujeitos a este fenômeno pós-industrial. A segunda, denominada Zona da Fibrilação, é aquela *“que está se expandindo rapidamente à medida que a globalização se acelera, e sua atmosfera é aquela de “elevação do cacife” e acréscimo do risco e da incerteza.”* (p.142). A terceira é chamada de Zona da Ruptura. *“é o lugar onde “problemas” e “crises” antigas são revelados como novas oportunidades e as boas notícias tornam-se visíveis nas más notícias”* (p.147). É a zona onde se estabelecem pactos para solucionar os problemas e crises, criando novas oportunidades – é a região do Paradigma Emergente.

Não devemos, porém, esperar que de súbito a razão desça sobre a humanidade. Uma ética ecológica exige também uma mudança de atitude individual. Nós não somos donos da natureza, somos parte dela e, portanto, co-reponsáveis pela manutenção do equilíbrio ecológico. Tamanhas foram as distorções da modernidade – encantamento, tudo era possível – que as premissas são falsas, por terem cometido um erro antropológico. Elas não viabilizam o bem comum, o que deveria acontecer. Necessita-se de um novo Paradigma que sustente os movimentos emergentes, que promova não só o desenvolvimento sustentável como a recuperação do que está em vias de extinção. Este não parece ser o rumo do capitalismo hoje existente, tal qual o conhecemos, mas embora ainda não tenhamos respostas, o reconhecimento da transição paradigmática por si só já é um grande passo em direção a um futuro melhor.

Para LOPES & OUTROS (2000), a desinformação, a falta de consciência dos riscos ambientais, a miséria, as frustrações devido a omissão do poder público tem ligação com determinantes sócio-econômicas, políticas e culturais. Uma reflexão quanto as formas de organização social, dos determinantes da degradação do meio ambiente, das ações sociais e das pessoas envolvidas deve ser feita para que se obtenha a sustentabilidade. De acordo com ADORNO (1998) sustentabilidade requer inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e desenvolvimento com suporte.

JACOBI (1998) coloca que a preocupação com o desenvolvimento sustentável é uma possibilidade de garantir mudanças sócio-políticas que não afetam os sistemas ecológicos. Já segundo ASSIS (1996) e FERREIRA (1996), deveria haver uma distribuição de riscos que afetam desigualmente a população e estes são agravados pela modernidade e globalização. Ele denomina o Paradigma da Sociedade de Risco onde a informação e educação ambiental somados as políticas sociais com acesso à informação e transparência na gestão dos problemas ambientais urbanos podem trazer uma reorganização de poder e autoridade. O autor coloca que a visão ambiental não pode ser apenas baseada nas ciências naturais, mas também numa dimensão sócio-ambiental e cultural.

O Desenvolvimento Sustentável, a preocupação com a questão da capacidade de suporte, a redução de impactos ambientais, as soluções para os resíduos sólidos, opções de transporte, planejamento e uso do solo, devem ser vistos num contexto só, integrando humanidade e sistema ecológico. O desafio é fazer com que uma cidade crie condições para que se tenha uma boa qualidade de vida, não prejudicando o meio ambiente e agindo preventivamente para diminuir a degradação. (ANDRADE, TACHIZAWA e CARVALHO, 2000).

Mendonça¹, afirma que o tema da responsabilidade social não é exatamente novo, já que há muitos anos empresários e empresas praticam ações na área social, doando recursos a entidades filantrópicas ou constituindo organizações para atuar no social. O que é novidade é a evolução de uma concepção baseada na caridade e no altruísmo para a associação entre filantropia e estratégia (Smith, 1994). No Brasil, entidades como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criado em 1998, reúne empresas preocupadas em desenvolver ações voltadas para a comunidade e praticar seus negócios de maneira ética e socialmente responsável.

Esta modificação estratégica se reflete nas organizações, com as mudanças na política das empresas que incorporaram a gestão ambiental em sua gerência. Como as atividades que possam causar danos estão sujeitas à fiscalização e ao controle do Poder Público, há a necessidade de se refletir sobre a responsabilidade solidária do Administrador com o agente

¹ Patricia Maria Schommer-“O marketing e sua relação com o social” - Dimensões conceituais e estratégicas”-www.ethos.org.br, acessado em outubro de 2002.

poluidor ou degradador ambiental, seja como gestor da empresa, gestor da esfera pública ou como apenas e principalmente um cidadão responsável.

Numa situação ainda mais paradoxal, onde o estrago é maior e mais visível é o que a população percebe, levando em conta apenas a dimensão intersetorial, associando as questões sociais com o desenvolvimento sustentável. As áreas mais sujeitas aos agravos ambientais são aquelas onde a população é mais precária tendo um baixo poder aquisitivo e o não acesso aos serviços públicos, muitas vezes morando em áreas consideradas de risco ambiental. Na sua grande maioria, as pessoas convivem passivamente com os impactos ambientais, independente dos estratos sócio-econômicos, tendo uma percepção generalizada.

Estudos recentes do publicados no Informativo nº 94 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP do Ministério da Educação e Cultura - MEC (<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo94.htm>) denotam que o discente futuro dos cursos de administração já vai iniciar seus estudos um pouco mais consciente desta realidade, já que metade das escolas do Sul e Sudeste tem projetos ambientais e 61% das escolas abordam meio ambiente nas disciplinas curriculares. O MEC intuiu a Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA), que está estruturada na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) no **Programa Nacional de Educação para a Diversidade, a Sustentabilidade e a Cidadania**. A CGEA definiu cinco eixos de atuação:

5 Eixos	Sub-eixos	Objetivos
I – Fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental - Lei 9795/99	Comissão de Meio Ambiente e qualidade de vida nas escolas Rede de Juventude para a Sustentabilidade Representação em Conselhos Órgão Gestor	- Fortalecer o Programa Nacional de Educação Ambiental - Promover a mobilização para a II Conferência Infanto-Juvenil pelo o Meio Ambiente
II - Formação Continuada na Educação Básica	Formação de Formadores I Formação de Formadores II Formação de 32 mil professores e 32 mil alunos Produção de material impresso e na Internet	- Implantar na educação formal a dimensão ética, política, científica, pedagógica e estética da Educação Ambiental - Incentivar a formação continuada de novas lideranças
III - Projetos e Experiências de EA	Implementação da Agenda 21 Escolar Fomentar projetos de ONGs com grupos de escolas	- Incentivar projetos de ação transformadora regional
IV - Comunicação/eventos	Comunicação Interna - MEC Divulgação para escolas Produção de eventos	- Divulgar as ações da COEA- Apoiar eventos nacionais e internacionais de EA
V – EA no ensino superior	Incentivo a programas de pós-graduação em Educação Ambiental - CAPES Seminário Universidade e Meio Ambiente	- Ampliar os programas e projetos de EA no ensino superior – graduação e pós-graduação.

FONTE: www.mec.gov.br - 26/06/2005

A proposta da CGEA é promover em todas as instâncias - federal, estadual e local - a mesma qualidade de formação, com o amplo tema "consumo sustentável", baseada na simplicidade metodológica, na reflexão crítica, no respeito à diversidade dos grupos

envolvidos e considerando a complexidade da questão ambiental. Conforme pode-se perceber, trata-se de uma política oficial o incentivo a incorporação da Educação Ambiental no ensino superior.

E no ensino de administração, como está esta realidade? Quantos cursos possuem em seu projeto pedagógico preocupações explícitas com a questão ambiental traduzidas em disciplinas ou conteúdos interdisciplinares? Os atuais cursos que tem habilitação ou ênfase em Gestão Ambiental tratam esta como um conteúdo da Administração ou como uma técnica gerencial?

3 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os Problemas ambientais se manifestam em nível local. Em muitos casos, os residentes de um determinado local são ao mesmo tempo causadores e vítimas de parte dos problemas ambientais. São também essas pessoas que mais têm condições de diagnosticar a situação - convivem diariamente com o problema e são, provavelmente, os maiores interessados em resolvê-los. A educação seja formal, informal, familiar ou ambiental, só é completa quando a pessoa pode chegar nos principais momentos de sua vida a pensar por si próprio, agir conforme seus princípios, viver segundo seus critérios.(SORRENTINO, 1997).

Uma pesquisa realizada pela FEAM 2 “MAPEANDO A REALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2002)”, revela que a educação ambiental neste Estado ainda é assunto quase que exclusivo das escolas. Empresas, ONGs (Organizações não Governamentais) e órgãos públicos ainda estão atrasados na promoção de ações. Segundo dados da pesquisa, as dificuldades para a realização dessas ações e projetos incluem desde a ausência de espaço físico para a realização de treinamentos e palestras até a falta de telefone e computador.

Diante deste quadro, podemos questionar se as escolas estão cumprindo o seu papel formador, já que as organizações não estão avançando no que diz respeito a educação ambiental e se o educador e o educando estão preparados para fazer frente as demandas ambientais com os objetivos econômicos, sociais, políticos e éticos.

Um dos grandes problemas com que se defrontam as organizações é que a visão que a maioria tem delas mesmas é extremamente segmentada, setorializada ou atomística. Isso leva a conflitos e divergências operacionais que minimizam a resultante dos esforços. O que se deve procurar adotar em uma organização é uma visão sistêmica, global, abrangente e holística que possibilitaria visualizar as relações de causa e efeito, o início, o meio e o fim, ou seja, as inter-relações entre recursos captados e valores por ela obtidos. Os currículos dos cursos de administração então – que são voltados a preparar gestores para as organizações e empreendedores – devem conter em seu âmago disciplinas ou eixos de conhecimento que permeiem a educação ambiental neste contexto, sob o risco de estar se formando e reproduzindo profissionais despreparados para o enfrentamento claro da questão.

A formação de profissionais qualificados deve ser tratada então com altíssima prioridade, porquê além de possibilitar que as organizações contem com pessoal qualificado para a sua respectiva missão, também tem o papel de deflagrar uma nova mentalidade que proporcione mudanças, inclusive das próprias instituições formadoras de recursos humanos. Isso induz a uma situação em que a formação de recursos humanos para a educação ambiental implica em um conjunto de ações de amplo alcance, que afetarão os sistemas atuais de formação nas diferentes áreas do conhecimento. Tais ações devem se dar objetivando a formação de profissionais generalistas aptos a dialogar com as distintas áreas do conhecimento, a conduzir equipes multidisciplinares e a se reportar a múltiplas instituições –

² Fundação Estadual do Meio Ambiente - MG

as questões ambientais exigem respostas e ações coerentes com os novos tempos de ética e de responsabilidade civil em suas decisões.

Com base nas novas exigências de profissionalização requeridas pelo mercado, em face das transformações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho, percebe-se que os cursos de administração devem adotar uma nova proposta de formação profissional e de ensino-aprendizagem para a consolidação do perfil generalista/polivalente. Isso parece ser a solução indicada para o desenvolvimento de competências e habilidades atualmente exigidas do profissional de administração, considerando-se as mudanças organizacionais e ambientais.

Por esta razão, os cursos de Administração no nível de graduação podem levar em consideração em seu currículo e, portanto, em seu projeto pedagógico e no seu processo ensino-aprendizagem novas disciplinas na formação profissional do administrador, entre elas a educação ambiental, com o objetivo de acompanhar as transformações e as necessidades do mercado diante do processo de globalização.

O currículo deve ser entendido dentro de sua dimensão mais ampla de desempenhos esperados, de desejado relacionamento com o meio a que serve, suas instituições, organizações, professores e alunos, devendo se sobrepujar ao pragmatismo da própria instituição de ensino superior, envolvendo-se com sua ideologia e filosofia de educação.

É importante ressaltar a relação existente entre uma adequada estrutura curricular e a melhoria da qualidade da educação. Segundo ANDRADE, TACHIZAWA e BARREIROS (2000), a prática da organização curricular, muitas vezes reduzida a simples arranjos intra-institucionais, em geral limitados à seleção de disciplinas e a disposição destas nas programações acadêmicas, em função da carga horária, programas etc., não é uma prática arbitrária ou mesmo neutra. Pelo contrário, a seleção e a organização de disciplinas, atividades pedagógicas e demais componentes do currículo são de fundamental importância na determinação do tipo de ensino que se pretende oferecer, na medida em que eles expressam, em primeira instância, os princípios ou valores que se pretende legitimar com a prática educativa.

Nesse sentido, seria necessário encarar os interesses humanos não como orientações excludentes, mas como possíveis dimensões do currículo que devem ser integradas e articuladas num todo coerente.

No caso específico dos cursos de Administração, deve-se responder não somente às necessidades do mercado de trabalho, mas também mudar o enfoque do administrador – tanto discente como docente - como solucionador de problemas, reprodutor das forças produtivas e das relações sociais dentro de um contexto maior de responsabilidade ambiental e de desenvolvimento sustentável. Este profissional formado pelos cursos de Administração deve constituir-se em agente transformador capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços das ciências e da tecnologia no estabelecimento de uma nova ordem econômica, social e ambiental.

É necessário rever paradigmas, oferecendo critérios referenciais para uma prática educacional que vise à formação de indivíduos conscientes, críticos, autônomos, criativos e agentes da história. Sujeitos inseridos em seu grupo social e comprometidos com seu tempo e seus semelhantes, cientes de seu papel na construção de si mesmos, do mundo e da sociedade, devem ser os personagens desse novo cenário.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Rubens de C.F. Apontamentos sobre qualidade de vida, lazer e violência. São Paulo, CEDEC, 1998.

- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de, TACHIZAWA, Takeshy e CARVALHO, Ana Barreiros de. Gestão Ambiental – enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo(SP): Makron Books, 2000.
- BRANDÃO, Zaia (org.). A crise dos paradigmas e a educação. São Paulo(SP), Cortez, 2001.
- BRUGGER, Paula. Educação ou Adestramento Ambiental? Florianópolis(SC): Livraria e Editora Obra Jurídica, 1999
- Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo, Saraiva, 2004.
- CRESPO, Samyra. Meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade: o que pensa o brasileiro. São Paulo, Debates Socioambientais-CEDEC, ano III, n.9 – MAR/ABR/MAI/JUN 1998
- DELORS, Jacques (coord.). Educação, um tesouro a descobrir. São Paulo(SP): Cortez. MEC/UNESCO, 1998
- DEMO, Pedro. Avaliação Qualitativa. Campinas(SP): Autores Associados, 1995.
- FERREIRA, Amauri Carlos Ferreira. Epistemologia e Ecologia. Belo Horizonte, IEC-PUC-MG, (apostila).
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro(RJ): Paz e Terra, 1983.
- HENDERSON, Hazel. Um guia para dominar o tigre da nova era – as três zonas de transição. In: THOMPSON, Willian Irwin (org). Gaia: uma teoria do conhecimento. São Paulo: Gaia, 2001.
- JACOBI, Pedro. Cidades Sustentáveis. São Paulo, CEDEC, 1998.
- JÚNIOR, Arlindo Philippi e PELICIONI, M. Cecília Focesi.(editores) Educação Ambiental – desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo(SP), USP, 2002.
- LIPMAN, Mathew. O pensar na Educação. Petrópolis(RJ): Vozes, 1995.
- LOPES, Igenes Vidigal & OUTROS (orgs), Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso. São Paulo, Editora Atlas, 2000.
- MORIN, Edgar. A cabeça Bem Feita. Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro(RJ): Bertrand Brasil, 2000.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo (SP): EPU, 2001.
- NICOLESCU, Basarab e outros. Educação e Transdisciplinaridade. Brasília(DF): UNESCO, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SORRENTINO, M. Vinte anos de Tbilisi: cinco da Rio 92; a educação ambiental no Brasil.
Debates Sócio Ambientais, ano 2, n.7, p.3-5. 1997

TODD, John. Uma categoria econômica baseada na ecologia. . In: THOMPSON, Willian
Irwin (org).Gaia: uma teoria do conhecimento. São Paulo: Gaia, 2001.